GUERRA, CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO SERTÃO DAS ALDEIAS ALTAS NO MARANHÃO (1700-1750)

Francisca Kelle da Conceição Mendes[1]

Eloy Barbosa de Abreu[2]

INTRODUÇÃO

A ocupação do território maranhense foi marcada pela conquista e exploração de terras pertencentes aos povos originários. O processo de colonização envolveu não apenas interesses econômicos, mas também a imposição de novas formas de organização social, política e territorial. Nesse contexto, a Coroa portuguesa implementou mecanismos de controle sobre a terra e a população, sendo o sistema de sesmarias um dos principais instrumentos utilizados para consolidar o domínio colonial, especialmente na região das Aldeias Altas.

De acordo com a historiadora Osmarina Duarte Santos Costa Neto (2022), o sistema de sesmarias representou um marco inicial na organização jurídica da questão agrária, estabelecendo normas para a concessão de terras. Para obter uma sesmaria, o interessado deveria encaminhar um pedido formal às autoridades coloniais, comprometendo-se a demarcar e cultivar a área solicitada. Dessa forma, as sesmarias constituíram um importante mecanismo de ocupação e controle territorial dos sertões maranhenses.

Além disso, autores como Mônica Diniz, Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira de Melo e Samir Lola Roland contribuíram para a compreensão das dinâmicas de ocupação territorial, conflitos fundiários e relações estabelecidas entre colonos, autoridades coloniais e populações indígenas. Mônica Diniz analisa as concessões de sesmarias como instrumento jurídico e político de consolidação da ocupação territorial, evidenciando que a distribuição de terras atendia aos interesses da Coroa portuguesa e funcionava como estratégia de dominação do território. Já Chambouleyron e Melo discutem os conflitos relacionados à expansão pecuarista, às guerras contra os povos indígenas e à atuação dos governadores na ocupação dos sertões entre o Maranhão e o Piauí durante a primeira metade do século XVIII. Os autores demonstram que a pecuária constituiu um dos principais vetores de transformação da paisagem e intensificação das disputas territoriais.

Samir Lola Roland, por sua vez, contribui para a compreensão das relações conflituosas entre sesmeiros, posseiros e populações indígenas no processo de expansão portuguesa no Vale do Parnaíba. O autor destaca que a posse da terra, muitas vezes anterior à concessão oficial das sesmarias, esteve no centro de diferentes conflitos sociais, revelando que a dinâmica fundiária da região não se restringia apenas à legalidade das concessões, mas envolvia disputas entre diferentes agentes sociais.

Diante disso, este estudo tem como objetivo compreender a formação do espaço jurídico-político da região das Aldeias Altas entre 1700 e 1750, analisando o processo de ocupação do sertão maranhense durante a primeira metade do século XVIII. Busca-se identificar os conflitos oriundos da colonização da região, bem como mapear as concessões e confirmações de sesmarias no leste do Maranhão nesse período. Para isso, a pesquisa se baseia no mapeamento e transcrição de documentos localizados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), disponibilizados pelo Projeto Resgate Biblioteca Luso-Brasileira.

1 Discente em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: kellemendes2000@gmail.com.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-graduação em História PPGHist/UEMA. E-mail: eloyabreuclio@professor.uema.br.

O SISTEMA DE SESMARIAS E A OCUPAÇÃO DO SERTÃO MARANHENSE

Para compreender o processo de ocupação do sertão maranhense e a formação do espaço jurídico-político da região das Aldeias Altas, torna-se necessário analisar o funcionamento do sistema de sesmarias durante o período colonial. Mais do que um mecanismo de distribuição de terras, esse sistema constituiu uma importante estratégia de controle territorial da Coroa portuguesa, contribuindo para a expansão da colonização, a consolidação de interesses econômicos e a intensificação de conflitos entre diferentes grupos sociais.

A palavra "sesmaria" deriva do latim *sexma* ou *sesma*, que significa "sexta parte". De acordo com Mônica Diniz, o termo "sesmo" correspondia à sexta parte em que o terreno era dividido. Em Portugal, esse sistema surgiu com o objetivo de combater o abandono das terras em decorrência das crises provocadas pela peste bubônica, estimulando a ocupação e o cultivo das áreas improdutivas (Diniz, 2005, p. 2). No Brasil, as sesmarias constituíram uma política de concessão de terras baseada na Lei de Sesmarias de 1375, instituída durante o reinado de Dom Fernando, cuja finalidade era promover a ocupação e exploração produtiva do território.

Os indivíduos beneficiados com a concessão das terras precisavam cumprir exigências impostas pela Coroa portuguesa. Nesse processo, era necessário encaminhar um pedido formal às autoridades coloniais, como donatários e governadores das províncias, responsáveis por autorizar ou negar as solicitações. Além disso, o requerente deveria comprovar fidelidade à Coroa e à religião católica, declarar-se desprovido de terras e comprometer-se a tornar a área produtiva. Caso as exigências não fossem cumpridas, a terra poderia ser considerada inculta e devolvida à Coroa como devoluta.

Além dessas obrigações, o sesmeiro também deveria pagar o dízimo. Para Mônica Diniz, é importante "lembrar que as sesmarias não eram de domínio total dos donatários ricos, mas apenas lhes tocavam as partes de terras especificadas nas Cartas de Doações" (Diniz, 2005, p. 3). Isso evidencia as limitações jurídicas da concessão da terra, uma vez que os sesmeiros não se tornavam proprietários absolutos, mas detinham apenas o direito de exploração da área concedida, geralmente estabelecida em três léguas em quadra, desde que cumprissem as obrigações determinadas pela Coroa.

Dessa maneira, o sistema de sesmarias não pode ser compreendido apenas como um mecanismo de distribuição de terras, mas como uma estratégia política de ocupação e controle territorial. Segundo Osmarina Duarte (2022, p. 46), a monarquia portuguesa utilizou esse sistema para consolidar sua dominação e ampliar a exploração do território colonial. Assim, ao mesmo tempo em que legitimava a apropriação das terras, a Coroa também estabelecia novas relações sociais, privilegiando determinados grupos conforme seus interesses econômicos e políticos.

Nesse contexto, surgiram conflitos e disputas relacionados ao processo de colonização do sertão maranhense. Para Mônica Diniz (2005, p. 1), a implementação do sistema de sesmarias ocorria frequentemente de maneira desorganizada e irregular, intensificando os conflitos entre os diferentes grupos envolvidos. Entre essas disputas, destacam-se os conflitos entre sesmeiros e posseiros, bem como os confrontos com os povos indígenas durante o avanço da ocupação colonial.

Nos sertões do Maranhão, a pecuária destacou-se como uma das principais atividades econômicas, ao lado dos engenhos de açúcar. A criação de gado esteve diretamente vinculada à concessão de sesmarias, sendo frequentemente utilizada como justificativa para a obtenção das terras. Rafael Chambouleyron e Vanice Siqueira de Melo destacam que as guerras contra os povos indígenas estavam diretamente associadas à expansão pecuarista, funcionando como mecanismo de acesso e controle do território.

Segundo Samir Lola Roland, em seu estudo sobre o instituto das sesmarias no Maranhão e Piauí, os conflitos relacionados ao uso da terra envolviam disputas pela legitimidade da ocupação e pela autoridade sobre o território. O autor diferencia sesmeiros e posseiros ao afirmar que os primeiros possuíam direitos e deveres legalizados pela Coroa, enquanto os

segundos buscavam legitimar sua permanência por meio da ocupação, defesa e cultivo das terras nos sertões (Roland, 2018, p. 59).

Mônica Diniz enfatiza ainda que "muitas tentativas de regularizar o sistema de sesmarias foram em vão" (Diniz, 2005, p. 4), uma vez que a obrigatoriedade do cultivo e a delimitação das terras frequentemente ocorriam à revelia da legislação. Esse cenário favoreceu a ampliação da figura do posseiro. Segundo a autora, os sesmeiros, ao arrendarem suas terras para pequenos lavradores, acabaram dificultando o controle da Coroa e ampliando a presença de ocupantes sem títulos régios, que legitimavam sua permanência a partir do trabalho direto sobre a terra.

Assim, as análises de Mônica Diniz e Samir Lola Roland convergem ao demonstrar que a fragilidade da legislação e das práticas de distribuição de terras não apenas intensificou as irregularidades do sistema, mas também fomentou disputas locais entre sesmeiros, posseiros e populações indígenas no Maranhão colonial.

AS SESMARIAS NAS ALDEIAS ALTAS: FONTES E PERCURSOS DA PESQUISA

A documentação analisada nesta pesquisa é composta por requerimentos de confirmação de sesmarias e seus anexos, localizados no acervo do Projeto Resgate Biblioteca Luso-Brasileira. Esses documentos permitiram acompanhar aspectos da ocupação territorial e das estratégias de acesso à terra no sertão das Aldeias Altas.

A identificação da documentação ocorreu por meio da pesquisa dos descritores "Aldeias Altas" e "Guerra", utilizados isoladamente e em combinação. O uso desses termos permitiu localizar documentos relacionados à ocupação territorial da região das Aldeias Altas entre 1700 e 1750. O acervo pesquisado abrange 109.612 páginas e 152 ocorrências referentes ao Maranhão no período de 1614 a 1833, possibilitando a identificação de requerimentos de confirmação de sesmarias relacionados à região estudada.

Com o objetivo de organizar a documentação levantada, foram sistematizadas informações referentes à data dos requerimentos, aos solicitantes, aos destinatários das petições, aos tipos documentais e aos anexos presentes nos processos. Essa sistematização possibilitou uma visualização mais clara das dinâmicas de concessão e confirmação de sesmarias.

A análise da documentação exigiu a realização de transcrições das cartas de requerimento de sesmarias e dos bilhetes anexados aos processos. Como suporte para essa etapa, foi realizada uma oficina de paleografia em documentos coloniais, ministrada pelo professor Eloy Barbosa de Abreu. A oficina abordou aspectos da escrita colonial, como abreviaturas, formas gráficas, estilos e técnicas de transcrição, contribuindo para a leitura e interpretação das fontes históricas utilizadas nesta pesquisa.

Além disso, foi utilizada a plataforma Transkribus – Unlocking the Past with AI, que dispõe de recursos de reconhecimento e transcrição assistida por inteligência artificial, auxiliando na leitura de trechos de difícil compreensão. As transcrições produzidas foram posteriormente revisadas pelo professor orientador, buscando garantir maior precisão na interpretação da documentação.

As informações obtidas a partir das transcrições foram sistematizadas em dois quadros analíticos. O primeiro reúne dados referentes ao mapeamento das sesmarias identificadas, enquanto o segundo apresenta informações extraídas das cartas e requerimentos, como as justificativas dos pedidos, a localização das terras e os sujeitos envolvidos nas solicitações.

A documentação analisada foi localizada em acervos digitais, entre eles o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). A seleção das fontes concentrou-se em documentos relacionados ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, especialmente aqueles vinculados às guerras, conquistas e ao processo de ocupação do sertão das Aldeias Altas entre 1700 e 1750.

AS CARTAS DE SESMARIAS E OCUPAÇÃO DAS ALDEIAS ALTAS

A documentação localizada no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) permitiu identificar requerimentos de confirmação de sesmarias referentes à região das Aldeias Altas. As informações extraídas dessas fontes foram sistematizadas em um quadro contendo dados como a data dos requerimentos, os nomes dos solicitantes, os destinatários das petições, os tipos documentais e os anexos disponíveis para transcrição e análise. O quadro a seguir reúne os requerimentos identificados para o ano de 1732.

Quadro 1 - Requerimento de confirmação de sesmarias entre 1700 e 1750.

DATA DO REQUERIMENTO	NOME DO REQUERENTE	DESTINATÁRIO DA SOLICITAÇÃO	TIPO DE DOCUMENTO	ANEXOS
1732, julho, 13	João Pinto	Rei D. João V	Requerimento de confirmação	1 bilhete e 1 carta de sesmarias
1732, julho, 22	Manuel Cardoso	Rei D. João V	Requerimento de confirmação	1 bilhete e 1 carta de sesmarias

Fonte: AHU

A partir dessas informações iniciais extraídas do estudo documental, foi possível identificar elementos importantes para compreender o panorama das cartas de requerimento de sesmarias entre 1700 e 1750. Embora os dados do primeiro quadro não revelem diretamente as dinâmicas sociais e territoriais da região, eles serviram como ponto de partida para a organização e análise das fontes transcritas nas etapas posteriores da pesquisa.

Na sequência, o segundo quadro apresenta os resultados obtidos a partir das transcrições das cartas de requerimento de sesmarias e dos bilhetes anexados, possibilitando uma compreensão mais detalhada das justificativas apresentadas pelos requerentes e das características das terras solicitadas.

Quadro 2 - Sesmarias concedidas pelo governador Alexandre de Sousa Freire (1700-1750)

NOME DO REQUERENTE	ANO	LOCALIDADE	JUSTIFICATIVA DO USO DA TERRA
João Pinto	1732	Sertão das Aldeias Altas	Não possuir terras suficientes para criação de gado; existência de terras incultas e despovoadas.
Manuel Cardoso	1732	Sertão das Aldeias Altas	Descobridor do terreno inculto; não possuir datas e terras.

Fonte: AHU

O quadro 2 reúne informações referentes às sesmarias concedidas pelo governador Alexandre de Sousa Freire na região do sertão das Aldeias Altas. Entre os principais elementos identificados estão as justificativas utilizadas para obtenção das terras, como a alegação de não possuir propriedades, o despovoamento da região e a existência de terras consideradas incultas. A sistematização desses dados permitiu observar aspectos centrais do processo de ocupação territorial do Maranhão colonial.

No requerimento de João Pinto, por exemplo, o solicitante afirma já residir no sertão das Aldeias Altas e solicita a confirmação das terras doadas pelo governador Alexandre de Sousa

Freire. Segundo o documento, João Pinto alegava não possuir terras suficientes para a criação de gado, solicitando três léguas de comprimento e uma de largura nas "Cabeceiras das Gameleiras da Chapada Grande".

De modo semelhante, Manuel Cardoso, também morador do sertão das Aldeias Altas, requeria a concessão de terras localizadas entre os rios Itapecuru e Parnaíba, em um sítio denominado Mangabeira. O requerente afirmava ter descoberto a área e justificava a solicitação pela necessidade de desenvolver a criação de gado na região.

Pecuária, conflitos e expansão colonial

As concessões e confirmações de sesmarias no sertão das Aldeias Altas evidenciam o processo de ocupação e apropriação territorial ocorrido após as guerras e conquistas envolvendo os povos indígenas da região, especialmente com a expansão da pecuária durante o século XVIII. O aumento das concessões destinadas à criação de gado intensificou os conflitos com as populações indígenas que resistiam à ocupação colonial e à expulsão de seus territórios.

Nesse sentido, Rafael Chambouleyron e Vanice Siqueira de Melo (2013, p. 174), ao dialogarem com Capistrano de Abreu, destacam que a recusa dos povos indígenas em "ceder pacificamente as terras dessa região para a expansão da pecuária" colaborou diretamente para a realização das guerras contra essas populações.

A criação de gado aparece como uma das principais justificativas para a concessão das sesmarias identificadas nos documentos analisados, como nos casos de João Pinto e Manuel Cardoso. Segundo Samir Lola Roland (2018, p. 30), a expansão pecuarista transformou profundamente os sertões, modificando a paisagem e convertendo territórios indígenas em áreas destinadas à criação de gado, evidenciando um processo de colonização marcado pela violência e pela desapropriação das populações originárias.

Além dos conflitos envolvendo os povos indígenas, os documentos e a bibliografia analisada também permitem identificar tensões entre sesmeiros e posseiros. Segundo Samir Lola Roland (2018, p. 59), as disputas pelo uso da terra envolviam conflitos relacionados à legitimidade da ocupação e à autoridade sobre o território. Enquanto os sesmeiros possuíam direitos reconhecidos pela Coroa portuguesa, os posseiros buscavam legitimar sua permanência por meio da ocupação e cultivo das terras.

Mônica Diniz (2005, p. 4) ressalta que as tentativas de regularização do sistema de sesmarias frequentemente fracassavam devido ao descumprimento das exigências legais relacionadas ao cultivo e à delimitação das terras. Para a autora, essas irregularidades favoreceram a ampliação da figura do posseiro e intensificaram os conflitos fundiários no Maranhão colonial.

Por fim, o mapeamento e as transcrições das cartas de sesmarias concedidas na região das Aldeias Altas pelo governador Alexandre de Sousa Freire, articulados às contribuições da bibliografia utilizada, permitiram identificar conflitos oriundos do processo de colonização do sertão maranhense e compreender aspectos da formação do espaço jurídico-político da região entre 1700 e 1750.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das cartas de sesmarias localizadas para a região das Aldeias Altas permitiu compreender aspectos centrais do processo de ocupação do sertão maranhense durante a primeira metade do século XVIII. Além disso, também proporcionou reflexões sobre os desafios envolvidos na pesquisa documental, especialmente no que se refere à leitura e interpretação das fontes históricas, reforçando a importância das oficinas de paleografia e dos grupos de estudo para o desenvolvimento desse tipo de investigação.

O estudo das cartas de sesmarias localizadas no Arquivo Histórico Ultramarino permitiu compreender que o sistema sesmarial, longe de constituir apenas um mecanismo de

distribuição de terras, configurou-se como um instrumento político da Coroa portuguesa para consolidar sua autoridade sobre os sertões maranhenses durante a primeira metade do século XVIII. As análises revelaram que, apesar das normas que exigiam o cultivo e a demarcação das terras, o processo foi marcado por irregularidades, arrendamentos e disputas pela legitimidade da ocupação.

As transcrições das cartas referentes a João Pinto e Manuel Cardoso, moradores do sertão das Aldeias Altas, demonstraram como os colonos buscavam justificar seus pedidos de sesmarias sobretudo pela necessidade da criação de gado, atividade que, ao mesmo tempo em que impulsionava a expansão econômica, esteve diretamente associada aos conflitos e à expulsão violenta dos povos indígenas da região. Nesse contexto, tornou-se evidente a articulação entre a política de concessão de terras e a consolidação de um território voltado à pecuária, em detrimento das populações originárias.

Paralelamente, a leitura da historiografia possibilitou compreender outro nível de conflito relacionado à ocupação territorial: as tensões entre sesmeiros e posseiros. Enquanto os primeiros possuíam títulos formais concedidos pela Coroa, os segundos legitimavam sua permanência a partir do trabalho efetivo sobre a terra. Como destacam Roland (2018) e Diniz (2005), as ambiguidades e irregularidades do sistema favoreceram o crescimento da figura do posseiro e intensificaram as disputas locais, revelando que o modelo sesmarial não apenas organizava a ocupação territorial, mas também produzia novas hierarquias e desigualdades sociais.

Dessa forma, conclui-se que o mapeamento e a análise das cartas de sesmarias do sertão maranhense entre 1700 e 1750 contribuíram para identificar tanto os mecanismos jurídicos de ocupação e controle implementados pela Coroa portuguesa quanto os conflitos decorrentes desse processo. Assim, o estudo evidencia que a formação do espaço jurídico-político das Aldeias Altas foi marcada pela sobreposição de interesses coloniais, disputas sociais internas e resistências indígenas, elementos centrais para compreender a dinâmica da colonização no Maranhão setecentista.

REFERÊNCIAS

COSTA NETA, Osmarina Duarte Santos. *O processo de ocupação territorial do Maranhão (1750-1799): uma proposta de material didático para o ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

DINIZ, Mônica. *Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira*. Revista Histórica, São Paulo, n. 2, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. *Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí na primeira metade do século XVIII*. Revista Histórica, São Paulo, n. 31, 2013.

PROJETO RESGATE BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA. *Documentos sobre o Maranhão (1614-1833)*. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate. Acesso em: 20 fev. 2025.

ROLAND, Samir Lola. *Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa no Vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.